
A UTOPIA DA CIDADANIA ECOLÓGICA: Desafios à consolidação da ética da responsabilidade na sociedade de risco

Enzo Mayer Tassarolo

Doutorando em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-RJ). Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, em parceria com a Universidade de Vila Velha (UVV-ES). Exerce o cargo de gestor público na Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP – PUC/SP) e do Núcleo de Atendimento a Refugiados no Espírito Santo (NUARES).
End. Eletrônico: enzotassarolo@gmail.com.

Aloisio Krohling

Pós-Doutor em Filosofia Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. Doutor em Filosofia pelo Instituto Santo Anselmo em Roma, Itália. Ph.D em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Teologia e Filosofia pela Universidade Gregoriana – Roma, Itália. Mestre em Sociologia Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Graduado em Filosofia pela Faculdade Anchieta – São Paulo. Graduação em Ciências Sociais pela Loyola University, Chicago, USA. Professor do Mestrado e Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV).
End. Eletrônico: krohling@gmail.com

Adriana M. dos Santos Pertel

Mestra em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Especialista em Direito Civil e Processo Civil pelo Centro Universitário do Espírito Santo – UNESC (2007). Bacharel em Direito, também pelo Centro Universitário do Espírito Santo – UNESC. Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória – FDV.
End. Eletrônico: adriana.pertel@gmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva, à luz da teoria política de Ulrich Beck e de Hans Jonas, examinar as contradições da modernidade reflexiva, apurando os processos da globalização dos riscos e da subpolitização. Primeiramente, analisa-se o conceito de modernidade reflexiva e as transformações ocorridas nos padrões que conformam a primeira e a segunda modernidade. Na parte intermediária, trabalhando o conceito de sociedade de risco, investiga-se como a globalização ampliou os espaços políticos e tornou nebulosa a origem e os destinos dos riscos globais. Na parte final, diante dessa nebulosidade,

verifica-se a emergência de duas perspectivas conflitantes: uma de apatia política e outra de busca por alternativas – pautada na ética da responsabilidade. Argumenta-se que a tragédia nuclear em Fukushima no Japão, em 2011, tende a diminuir a força da lógica do lucro capitalista e a impulsionar o relacionamento ético entre homem e natureza, além de revelar a crescente força política de atores não-estatais.

Palavras-chave: Sociedade de risco. Globalização. Ética da responsabilidade. Subpolítica.

*ECOLOGICAL CITIZENSHIP UTOPIA:
Challenges to consolidating the ethics of responsibility
in the risk society*

ABSTRACT

This paper intends to examine the contradictions of reflexive modernity by investigating the processes of risk globalization and sub-politization, according to the political theory of Ulrich Beck. Firstly, it analyzes the concept of reflexive modernity and the changes in the patterns that constitute the first and the second modernity. Then, focusing on the concept of risk society, this paper investigates how globalization has widened up political spaces and has turned unclear the sources and the destinations of global risks. At last, faced with the cloudiness of global risks, two conflicting perspectives emerge: one of political apathy and another one of alternative search, all guided by the ethics of responsibility. It is believed that the recent nuclear disaster in Japan in 2011 will most likely undermine the strength of capitalist profit logics as well as boosting an ethical relationship between man and nature, besides presenting the growing strength of other non-state political actors.

Keywords: Risk Society. Globalization. Ethics of Responsibility. Sub-politics.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade do século XXI está hipersensível aos riscos. Terrorismo global, catástrofes ecológicas, crise financeira internacional, pobreza mundial, tudo parece conspirar para um clima de incertezas e medo que reacende a chama paranoica do fim do mundo. No cinema, pode-se ver como seria a vida antes, durante e após o apocalipse, nos *blockbusters* “O dia depois de amanhã” (2004), “Eu sou a lenda” (2007), “O dia em que a Terra parou” (2008), “O fim do mundo” (2008), “2012” (2009). Na mídia, há um bombardeamento constante de notícias que demonstram como os humanos são indefesos diante da natureza. E aqui, na “vida real”, verificou-se recentemente como um fenômeno natural pode deflagrar uma crise nuclear, produto de decisões humanas.

Trata-se do terremoto seguido de tsumani que abalou o Japão em março de 2011, ocasionando uma crise nuclear na usina de Fukushima Daiichi, situada 250 km a nordeste de Tóquio. Desde então, o país se encontra em alerta máximo, devido à imprevisibilidade na central nuclear, e o governo japonês, juntamente com a Empresa Tokyo Electric Company (Tepco), não descarta a possibilidade de uma catástrofe nuclear.

Não menos impactante foi o fenômeno das nuvens vulcânicas islandesas que, no primeiro semestre de 2010, atingiu vários aeroportos europeus e cancelou mais de 100 mil voos internacionais, prejudicando oito milhões de passageiros. Calcula-se que a erupção do vulcão Fimmvorduhals tenha causado prejuízo de mais de 2 bilhões de euros. Não obstante os altos investimentos dos aeroportos em tecnologia e segurança, esse desastre revela a vulnerabilidade humana diante da natureza¹.

Essas constatações revelam um drama contemporâneo: deve-se ou não confiar na ciência, na tecnologia e no progresso? Na sociedade industrial, iluminada pelo século das Luzes, acreditava-se que a evolução das ciências e das técnicas permitiria prever e prevenir os perigos que a natureza nos afligiria. Com o passar do tempo, porém, constatou-se que o domínio do homem sobre a natureza não garantiria necessariamente sua tranquilidade.

Pelo contrário, a tentativa de controlar ou antecipar a ocorrência de catástrofes tornou os desastres naturais mais abrangentes e acabou produzindo novos riscos, de forma que a técnica e o progresso podem levar à

¹ ISTOÉ, 2010.

autodestruição de uma era, abrindo caminhos para uma nova modernização.

É a partir dessas constatações que Ulrich Beck, sociólogo alemão, analisa a reflexividade das sociedades contemporâneas, que confrontam os fundamentos das sociedades modernas, a saber, a crença no progresso e o domínio institucional do Estado em assuntos políticos. Nestes tempos globalizantes, a política não é mais exclusiva dos Estados Nacionais. Atores não políticos, extraparlamentares, integrantes do que o autor denomina subpolítica², também integram o novo quadro conceitual da política, na medida em que suas ações e seus interesses transformam-se em políticas públicas.

Exemplo disso são as manifestações dos “sujeitos subpolíticos” que, diante dos acontecimentos no Japão, acirraram o debate em torno da exploração da energia nuclear. No ano de 2011, em Madri (Espanha, 17 de março), Lyon (França, 23 de abril), Tóquio (Japão, 24 de abril), Hong Kong (China, 26 de abril), Seul (Coreia do Sul, 26 de abril), Rio de Janeiro (Brasil, 25 de abril de 2011), Grohnde, Stuttgart, Berlin, Colônia, Munique (Alemanha, nos meses de março e abril), cidadãos protestaram contra a existência de usinas nucleares em seus países e na Terra. O que torna possível afirmar que o efeito da catástrofe japonesa foi sentido em todo o mundo, não apenas psicologicamente falando, mas também politicamente.

Percebeu-se que o ocorrido no Japão coloca em risco a fruição dos direitos humanos fundamentais em termos globais. Nesse sentido, torna-se necessário repensar não só os critérios de segurança nuclear, mas todo o conjunto de medidas tomadas em direção ao meio ambiente. É preciso que as ações humanas sejam coerentes, responsáveis e desenvolvidas em uma linha de conduta ética em relação à natureza, fazendo emergir uma nova consciência ecológica. Afinal, o homem integra o ecossistema da Terra.

Ao longo deste trabalho, constatar-se-á que a tentativa de consolidar uma maneira ética de se relacionar com a natureza enfrenta diversos desafios, dos quais se destaca a lógica do lucro capitalista, que, por exem-

² “O conceito de subpolítica refere-se à política fora e além das instituições representativas do sistema político dos Estados-Nação. Ele chama a atenção para sinais de uma auto-organização da política (em última instância global), que tende a colocar todas as áreas da sociedade em movimento. Subpolítica significa política “direta” ou seja, participações individuais *ad hoc* em decisões políticas, contornando as instituições de formação de opinião representativas (partidos políticos, parlamento) e frequentemente até sem a proteção da lei. Em outras palavras, subpolítica significa a modelagem da sociedade a partir de baixo” (BECK, 1999b, p. 39 - tradução livre).

plo, direciona a instalação de mega empresas poluentes aos países subdesenvolvidos, onde as leis ambientais são mais flexíveis (e onde, ainda, as companhias recebem atrativos fiscais para se instalarem na região).

A afirmação do Primeiro-Ministro ucraniano – de que renunciar “às tecnologias atômicas é como proibir os computadores”³ – faz sentido dentro do contexto capitalista, uma vez que sem a opção nuclear só resta à Ucrânia importar petróleo e gás. Nenhum Estado na economia global quer ser dependente de fontes energéticas. Nem mesmo a Ucrânia, palco do maior desastre nuclear da história humana (Chernobyl), e o Japão, que apesar de conviver com constantes terremotos decidiu construir a usina nuclear em Fukushima, área próxima ao oceano Pacífico.

Como conseguir ao mesmo tempo desenvolvimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental e os direitos humanos fundamentais? Como controlar os riscos advindos das inovações tecnológicas, no momento em que eles se perdem em termos temporais e espaciais? Como reagir aos riscos globais? Esses são dilemas contemporâneos que configuram novas tarefas políticas, marcadas por verdadeiros embates entre especialistas, ambientalistas, políticos, jornalistas e cidadãos.

Este artigo articula-se ao redor das temáticas apresentadas. Objetiva-se, à luz da teoria política de Ulrich Beck, examinar as contradições da modernidade reflexiva, apurando os processos da globalização dos riscos e da subpolitização. Primeiramente, analisam-se o conceito de modernidade reflexiva e as transformações ocorridas nos padrões que conformam a primeira e a segunda modernidade. Na parte intermediária do trabalho, trabalhando com o conceito de sociedade de risco, investiga-se como o processo de globalização ampliou os espaços políticos e tornou nebulosa a determinação da origem e dos destinos dos riscos globais. Na parte final, verificam-se dois movimentos contrários diante da nebulosidade dos riscos globais, um de apatia política – profundamente influenciado pelo medo das catástrofes ecológicas e do descontrole tecnológico – e outro de busca por alternativas – pautado na ética da responsabilidade.

Este trabalho guia-se pelo método do múltiplo dialético, pois julga que o uso dessa metodologia é apropriado para a realização de pesquisas voltadas para a investigação das contradições e contraposições existentes no mundo real. Contradições que, para a dialética, são as responsáveis pelo desenvolvimento e pela transformação da sociedade⁴.

³ EXAME, 2011.

⁴ RICHARDSON, 1999, p. 45.

2 MODERNIDADE REFLEXIVA: A autodestruição de uma era

A década de 1990 poderia ter sido caracterizada, para o campo das ciências sociais, como a “década terminal”, dada a quantidade de autores que decretaram o fim de algum fenômeno. Alguns falaram em “fim do comunismo”, outros em “fim da utopia” e outros ainda em “fim da história”. Assim, não é de se estranhar que, com a chegada do novo milênio, profetizou-se o “fim do mundo” – que, aliás, nos assombrou novamente em 2012, data em que ocorreria o apocalipse, segundo o calendário Maia.

Embora muitas críticas possam ser direcionadas às ideias desses profetas contemporâneos (inseridos, de modo geral, na linha realista ortodoxa, da qual destacamos Fukuyama), o fato é que eles expressaram, ainda que exageradamente, o clima de incertezas e crises do momento pós-colapso da União Soviética.

Ulrich Beck certamente não pode ser colocado no rol dos “profetas do apocalipse”, dos que focalizam a decadência ou a morte do antigo. De fato, seria mais adequado inseri-lo em um grupo de sociólogos que se preocupou, sobretudo, com o nascimento de novos padrões na vida social, definindo esse momento com conceitos como modernidade tardia (Giddens), hipermodernidade (Lipovetsky), modernidade líquida (Bauman) e modernidade reflexiva (termo proposto por Beck e que adotamos neste trabalho).

Diferentemente daqueles autores desencantados com o futuro e preocupados com o “fim da história”, esses cientistas sociais perceberam as transformações em curso no final do século XX de modo diferente. Para eles, o que estava em jogo era o surgimento de algo novo. Tão novo que seria possível falar em uma nova era, uma nova modernidade, que teria rompido em grande parte com os padrões sócio-históricos anteriores.

O fenômeno que os inspirou a tratar simultaneamente do fim e do início da história foi a globalização. Na perspectiva adotada por Beck, a globalização deve ser entendida a partir de sua extensão no espaço, sua estabilidade no tempo e da densidade social de suas redes de comunicação.

A especificidade do processo de globalização consiste hoje (e certamente no futuro) na extensão, na densidade e na estabilidade recíproca [...] das redes relacionais regionais globais e sua autodefinição dos meios de comunicação de massa, bem como

do espaço social e das correntes icônicas nos domínios cultural, político, econômico e militar⁵.

A já famosa frase de Marx contida no Manifesto Comunista, “tudo que é estamental, tudo que foi herdado pela tradição, tudo que está petrificado e incrustado se dissolve no ar”⁶, nunca pareceu fazer tanto sentido quanto nestes tempos globalizantes, de intensa inovação tecnológica e distribuição de informações.

Para Beck⁷, a globalização proporcionou às empresas globais um poder que antes lhes era apenas latente no sistema capitalista, já que agora elas desempenham um papel central não apenas na economia, mas na configuração da própria sociedade como um todo. A economia de atuação global rompe – embora não elimine – as antigas amarras da sociedade industrial no que diz respeito à regulação do trabalho e do capital. O que significa que a globalização, em sua forma neoliberal, desmantela o aparelho e a tarefa do Estado de intervir nas relações sociais assimétricas.

Sem grandes revoluções ou mudanças legislativas, as empresas tomam o lugar antes ocupado pelo Estado, revelando-se como os centros da sociedade contemporânea. Afinal, as corporações podem distribuir seus produtos e serviços por todo o globo; podem instalar-se nos locais com os menores impostos; podem “punir” os Estados Nacionais quando estes se tornarem “caros” para os investimentos⁸.

Em suma, a relação de poder se tornou desigual, na medida em que as empresas atuam sob uma lógica transnacional enquanto os Estados permaneceram na lógica territorial do século XIX. A novidade destes tempos globalizantes, portanto, reside no fato de as fronteiras territoriais estarem enfraquecidas diante do capitalismo global despatriado⁹.

Com o “despatriamento” do capital, é preciso desterrar também a comunidade. Continuar na lógica da unidade da identidade nacional de um povo é esquecer que os riscos ecológicos são universais. Por isso, é necessária a consolidação de uma consciência transnacional, pautada na ética da responsabilidade, que democratize os espaços políticos e permita a ascensão da sociedade civil cosmopolita.

⁵ BECK, 1999a, p. 32.

⁶ MARX; ENGELS, 2004, p. 22.

⁷ Beck, 1999a, p. 14.

⁸ *Ibidem*.

⁹ TESSAROLO, 2011.

Eis que a ascensão de atores transnacionais, a desregulamentação dos mercados internacionais, a desterritorialização das relações sociais, as ondas migratórias, o terrorismo global, as catástrofes ecológicas, todos esses fenômenos contemporâneos solapam os atributos das sociedades industriais, com seus territórios definidos e fechados em Estados Nacionais, e contribuem para o crescente clima de incertezas do século XXI.

Analisando esses processos históricos, Ulrich Beck¹⁰ propõe a distinção entre uma primeira e uma segunda modernidade. A primeira caracteriza-se por possuir raízes históricas fincadas na sociedade europeia do século XVIII, período marcado pela rápida industrialização, pela consolidação dos Estados Nacionais no sistema mundial e pelas intensas revoluções no campo social, econômico e político.

Já a segunda modernidade, que Beck também chama de “modernização da modernização” ou ainda de “modernidade reflexiva”, refere-se ao momento em que os padrões sociais da primeira modernidade tornam-se objeto de reflexão (ou melhor, de autoconfrontação), sendo confrontados por processos como a globalização, a individualização, o desemprego, o subemprego, e (aspecto ao qual daremos mais atenção) os riscos globais advindos das crises ecológicas e da turbulência dos mercados financeiros¹¹.

A modernidade reflexiva representa o momento histórico em que se esboroam os freios institucionais impostos pelos Estados à emancipação dos indivíduos – um duelo típico da primeira modernidade –, abrindo espaço para a manifestação das vontades individuais e, em última instância, para a alteração das relações de sociabilidade¹².

É com base nesse processo de redefinição e transformação do modelo socioeconômico da sociedade industrial que Ianni¹³ afirma assistirmos concomitantemente a processos de integração comunitária e fragmentação social, os quais fazem parte de um fenômeno maior: a massificação da individualização e da desterritorialização.

A individualização na modernidade reflexiva pode ser entendida, sobretudo, a partir das explicações de Lipovestky¹⁴, embora esse autor prefira utilizar o termo hipermodernidade. Para ele, as sociedades contem-

¹⁰ BECK, 1997.

¹¹ *Ibidem*.

¹² *Ibidem*.

¹³ IANNI, 1996.

¹⁴ LIPOVESTKY, 2004.

porâneas caracterizam-se, em parte, pela busca do efêmero e do presente, pelo culto ao desenvolvimento pessoal e ao bem-estar individual.

A força da ideologia individualista hedonista na contemporaneidade faz com que os indivíduos se preocupem cada vez mais com sua própria segurança e saúde, enfraquecendo os laços sociais. Lipovetsky¹⁵ nos lembra, porém, que o problema mais importante não é deplorar a atomização da sociedade, e sim repensar a socialização no contexto do século XXI, exatamente o que pretendemos com este trabalho.

Nem Lipovetsky nem Beck caem na ladainha da comunidade perdida, tão em voga ultimamente. O entendimento deles sobre o processo de individualização pode ser resumido na seguinte passagem: “a individualização e a globalização são, na verdade, dois lados do mesmo processo de modernização reflexiva”¹⁶.

Sob o olhar de Giddens¹⁷, a “modernidade reflexiva significa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela sociedade industrial”. Para Beck¹⁸, “o sujeito desta destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental”. Significando que o desenvolvimento técnico-científico e os valores sociais constituintes da modernidade representam também sua própria negação.

Beck entende que as sociedades modernas tornaram-se concomitantemente produtoras e consumidoras das formas de risco que não conseguiram controlar. Os alicerces da sociedade industrial, com suas certezas científicas, foram desmoronando diante das incertezas e dos casuísmos produzidos no processo de modernização da sociedade.

Daí a ideia de “modernidade reflexiva” como uma era marcada por contradições e negações intrínsecas à sua própria transformação. Dada sua inerente dinamicidade, ela pode ser entendida como um jogo mimético de espelhos, no qual os fundamentos dela voltam-se contra ela própria.

As formas sociais industriais, no entanto, não se “desincorporaram” completamente na segunda modernidade, uma vez que elas se “reincorporam” no cotidiano contemporâneo de maneiras diversas. Por isso, Beck¹⁹ afirma que “a modernização reflexiva quer dizer primeiro a desincorporação e, segundo, a reincorporação das formas sociais industriais por

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ BECK, 1997, p. 26.

¹⁷ GIDDENS *apud* BECK, 1997, p. 12.

¹⁸ BECK, 1997, p. 12.

¹⁹ *Ibidem*.

outra modernidade”.

Na modernidade reflexiva, as próprias instituições, ainda alicerçadas no racionalismo da primeira modernidade, criam obstáculos para o surgimento de alternativas “reflexivas”, isto é, alternativas conscientes dos riscos gerados pelas decisões tomadas. Tome-se como exemplo a política de cotas de emissão de gás carbônico utilizado pelas Nações Unidas. Através desse mecanismo, os países desenvolvidos podem comprar os chamados créditos de carbono dos países que diminuam suas emissões e, assim, podem continuar a poluir legitimamente, teoricamente contribuindo para a resolução do problema da poluição mundial – um evidente paradoxo.

Um novo tipo de capitalismo e um novo estilo de vida configuraram-se a partir do confronto com as fases anteriores do desenvolvimento social. A crise de 2008 nos Estados Unidos e a crise política e econômica na União Europeia em 2011 mostraram a mudança de cenário quando se discute a crise da sociedade capitalista moderna e os seus efeitos na sociedade de consumo e nos padrões de vida em muitos países que presenciaram uma onda de desemprego e questões sociais não imaginadas como possíveis alguns anos atrás. Um exemplo gritante foram os seus efeitos na questão da idade para aposentadoria, que em alguns países europeus era considerada uma conquista de direitos já garantida por décadas e julgada irreversível.

Beck²⁰ analisa a modernização reflexiva da seguinte forma:

[...] em virtude do seu inerente dinamismo, a sociedade moderna está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico.

Depreende-se dessa passagem uma diferença fundamental entre a primeira e a segunda modernidade: enquanto na sociedade industrial o eixo central da vida social estava na distribuição de bens, na modernidade reflexiva a sociedade estrutura-se a partir da distribuição de riscos. Como consequência, a antiga distinção de classes sociais é relativizada, pois ainda que a distribuição de riscos entre os grupos sociais seja assimétrica, todos eles estão sujeitos aos riscos.

Convém ressaltar que embora os riscos sejam comuns a todas

²⁰ BECK, 1997, P. 12.

as nações do mundo, eles não são distribuídos igualmente entre elas. Pelo contrário, conforme afirmação de Beck²¹, “a primeira lei dos riscos ambientais é a contaminação cega do pobre”. Basta pensarmos nas práticas de “dumping” ecológico, em que os países emergentes compram lixo tóxico dos países desenvolvidos para gerar dívidas externas.

Por transpassarem as camadas sociais de todos os países, defende-se a incoerência de pensar a segurança a partir da lógica individual, local ou nacional. Os riscos transcendem as fronteiras e as escolhas em relação ao meio ambiente não devem ser tomadas com base em um olhar centrado no indivíduo ou em um grupo de pessoas, e sim em toda a coletividade, garantindo os direitos humanos fundamentais para esta e para as futuras gerações.

3 SOCIEDADE DE RISCO: O esvanecimento das certezas

Um dos primeiros a apresentar o conceito de sociedade de risco foi Ulrich Beck, que alertou as sociedades sobre os riscos aos quais elas estão sujeitas, especialmente aqueles de caráter tecnológico e ecológico. Os riscos ganharam relevância política, econômica e social principalmente a partir do século XIX, quando

[...] a produção de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos. Consequentemente, aos problemas e conflitos distributivos da sociedade da escassez sobrepõem-se os problemas e conflitos surgidos a partir da produção, definição e distribuição de riscos científico-tecnologicamente produzidos²².

Na modernidade reflexiva, os riscos multiplicam-se e globalizam-se. À medida que o conhecimento técnico e científico prolifera tentando controlar ou diminuir certos riscos, novas formas de risco são geradas pelo aumento de conhecimento, de modo que surgem consequências não conhecidas empiricamente pelos dados anteriores. Os riscos são, acima de tudo, construções sociais.

Antes de esclarecer a categoria de sociedade de risco, cabe ressaltar que o conceito de risco utilizado por Ulrich Beck é um dos pontos mais criticados de seu pensamento. Na opinião de seus críticos, a utilização

²¹ *Idem*, 2010, p. 8.

²² BECK, 2010, p. 23.

abusiva do termo torna-o confuso e impreciso. Para Joan Martinez-Alier²³, por exemplo, o correto seria usar o conceito de incerteza, na medida em que risco está associado à probabilidade de um evento ocorrer, ao passo que a incerteza se manifesta quando não se sabe a probabilidade de sua ocorrência.

Já Gabe Mythen, ao analisar a sociedade de risco, afirma que o conceito de risco de Beck possui uma natureza multidimensional, sendo utilizado para designar ao mesmo tempo riscos, perigos e ameaças. Embora não se tenha como objetivo neste artigo o aprofundamento das intensas controvérsias existentes em torno do conceito de risco, concorda-se com Mythen²⁴ que uma “tentativa de restringir as diversas acepções do risco seria infrutífera porque iria apartar-nos da compreensão não só da tese, bem como do próprio espírito da sociedade de risco”.

Para Beck²⁵, “o conceito de sociedade de risco designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial”.

Na sociedade de risco, portanto, as forças produtivas da sociedade industrial transformam-se em forças destrutivas. A transição do período industrial para o período de risco ocorre de forma imperceptível, segundo uma lógica de externalidades negativas da modernização.

Eis a diferença entre os riscos produzidos na primeira e na segunda modernidade: os atuais envolvem uma “fabricação incerteza”, sua origem não pode ser claramente demarcada, sendo resultado da própria “modernização da modernidade”. Nas palavras do autor:

A sociedade de risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças²⁶.

Na sociedade de risco tudo é muito volátil e interconectado. Um vento viajando, carregado de substâncias químicas, é suficiente para espalhar os riscos da poluição e da contaminação através de regiões geográficas distantes. De modo que se na primeira modernidade a proteção das nações

²³ MARTINEZ-ALIER, 2006.

²⁴ MYTHEN, 2004, p. 15.

²⁵ BECK, 1997, p. 17.

²⁶ *Ibidem*, p. 16.

era assegurada por exércitos, na modernidade reflexiva não há arames farpados ou muros erguidos que garantam a plena proteção dos cidadãos.

De fato, as promessas da primeira modernidade de que mais racionalização, mais inovação tecnológica e mais mercado garantiriam mais “progresso” representam a própria fonte dos riscos da segunda modernidade. Paradoxalmente, os mesmos muros que antes protegiam as sociedades industriais agora caem sobre as sociedades de risco, soterrando-nos com dúvidas, incertezas e medo.

O sentimento de segurança que possuíamos se revela impotente diante, por exemplo, de acidentes nucleares como os que ocorreram em Chernobyl, em 1986, e no Japão, no mês de março de 2011. Esses acontecimentos são tidos como as duas maiores catástrofes nucleares da história humana, excetuando as duas bombas atômicas no final da Segunda Guerra Mundial. Os efeitos do acidente em Chernobyl são percebidos até hoje, e há previsão de que nos próximos setenta anos milhares de pessoas ainda poderão morrer devido à radiação espalhada pela usina.

Levando em consideração que os riscos são, em grande parte, produzidos industrialmente, globalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente, é correto afirmar que eles existem como elementos concretos, não sendo meras deduções apocalípticas²⁷.

O principal dilema na sociedade de risco reside na aceitação do que constitui um risco. De modo geral, preconiza Beck²⁸, sua aceitabilidade requer que aqueles afetados também recebam benefícios. Exemplificando: normalmente, em sociedades democráticas, usinas nucleares e indústrias químicas precisam comprovar que sua instalação trará, além dos impactos ambientais, vantagens para os grupos populacionais imediatamente afetados. Para minar a resistência desses grupos, geralmente os planejadores industriais argumentam que a criação de empregos e a movimentação da economia são muito mais certas, estatisticamente falando, do que a improvável ocorrência de uma catástrofe. O cálculo do risco está envolto, assim, por uma razão matemática, sem moralidade, compatível com a era tecnológica do século XXI.

O recente acidente no Japão deve abalar, no entanto, a prevalência da lógica mercadológica sobre a lógica social-ecológica no que diz res-

²⁷ BECK, 2010.

²⁸ *Ibidem*.

peito aos critérios utilizados para legitimar construção de usinas nucleares. Aparentemente, tem-se despertado para o fato de que apesar de os “efeitos colaterais” da produção nuclear serem pequenos matematicamente, eles são enormes socialmente.

Na Espanha, em março de 2011, mais de 30 cidades organizaram manifestações ambientalistas exigindo o fim da energia nuclear, utilizando frases como “usinas nucleares, nem aqui nem no Japão”²⁹.

Na Alemanha, estima-se que entre 200.000 e 500.000 cidadãos protestaram (em Hamburgo, Colônia, Berlim, Munique, Braunschweig Land, Grohnde, Grafenrheinfeld, Krümmel) contra a permanência de usinas nucleares no país. E essas manifestações revelaram-se eficientes, visto que a primeira ministra alemã, Angela Merkel, decretou o fim das centrais nucleares até 2020. Além disso, convém destacar que logo após o acidente no Japão o Partido Verde alemão ganhou via eleições, pela primeira vez na história do país, o governo de um ente federado, o rico Baden Württemberg.

Mesmo no Brasil, evidenciou-se certa repercussão. Após várias denúncias acerca da fragilidade do plano de retirada de Angra, o governo brasileiro anunciou a construção de dois píeres para a saída de pessoas pelo mar³⁰.

A transnacionalidade dos riscos, nesse sentido, opera transformando os padrões que estruturam a sociedade nacional-estatal. De certa forma, ela contribui para a emergência da utópica civilização mundial global e democrática, que deverá substituir a decadente economia nacional autodestrutiva da sociedade industrial. Afinal, “não é mais o progresso social, mas a incerteza que comanda o futuro da civilização”³¹.

Sociedade de risco significa: o passado perdeu seu poder de determinação sob o presente. Entra em seu lugar o futuro – ou seja, algo que não existe, algo fictício e construído – como a causa da vida e da ação no presente. Quando falamos de riscos, discutimos algo que não ocorre mas que pode surgir se não for imediatamente alterada a direção do barco. Os riscos imaginários são o chicote que fazem andar o tempo presente³².

²⁹ JORNAL DO BRASIL, 2011.

³⁰ ESTADO DE SÃO PAULO, 2011.

³¹ CASTEL, 2005, p. 60.

³² BECK, 1999a, p. 178.

Os historiadores do capitalismo não deixarão de mencionar a manifestação “Occupy Wall Street”, que, iniciada em Nova York aos 17 (dezessete) dias do mês de setembro do ano de 2011, assume atualmente repercussão planetária, com movimentos efetivamente organizados em mais de 80 (oitenta) países do globo e adesão irrestrita da grande maioria das esferas de comunicação do globo, precipuamente a internet (Youtube, Facebook, My Space, Twitter, <http://occupywallst.org> e outros meios). Esses novos movimentos aparecem sem a presença de partidos políticos e os atores tradicionais e merecerão muitos estudos e pesquisas nos próximos anos.

Novos atores sociais aparecem no cenário mundial. O Movimento Ocupação de *Wall Street* se espalha em vários países de todos os continentes. Na região andina, novos movimentos indígenas se mobilizam e conseguem ditar e influenciar as políticas públicas, como está acontecendo na Bolívia e Equador. Mesmo em países europeus, quando se achava superada a era dos movimentos sociais, realizam-se movimentos de rua e acampamentos em praças públicas como foi o caso de Madrid. Em 15 de outubro tivemos manifestações em quase mil cidades de 82 países. A lógica do sistema financeiro internacional e as políticas neoliberais estão sendo questionadas em praças públicas. A indignação contra as desigualdades e injustiças políticas e sociais faz parte da pauta de luta desses movimentos. Um fato novo é a presença de jovens lutando por um futuro no qual eles possam ser atores políticos e não vítimas. A nova forma de manifestação é pacífica, democrática, pluralista e autônoma em relação ao poder político do Estado Nacional.

A crise ambiental está na ordem do dia e é ignorada pelas grandes potências como Estados Unidos e China, e também Canadá e Índia, o que ficou bem evidenciado na última conferência em dezembro de 2011 em Durban na África do Sul. É nestes momentos de crise que a retomada da ética como matriz de todos os direitos humanos fundamentais se faz necessária, uma vez que ela permeia todos os aspectos da vida em sociedade.

4 A EMERGÊNCIA DA UTOPIA DA CIDADANIA ECOLÓGICA: Desafios à consolidação da ética da responsabilidade na sociedade de risco

Entre outros aspectos decorrentes do processo de globalização, destacam-se aqueles que provocam desequilíbrio ecológico e tornam nebu-

losa a origem dos perigos contemporâneos. Em meio à cortina de fumaça formada pela globalização dos riscos, restam-nos duas opções: esperar até a poeira baixar, correndo o risco de morrer sufocados, ou tentar apagar o fogo.

Em outras palavras, entende-se, com base nas explicações de Beck, que dois movimentos são percebidos no interior da sociedade de risco. De um lado, há uma sobrevalorização da percepção catastrófica (e distorcida) dos riscos mundiais, que os identifica como fenômenos naturais incontroláveis ou mesmo como decorrentes da ação humana. Essa percepção tende a paralisar os homens e permite que haja uma “irresponsabilidade organizada” em que todos se esquivam de responder pelas consequências de seus atos.

Políticos dizem que não estão no comando, que no máximo regulam a estrutura para o mercado. Especialistas científicos dizem que meramente criam oportunidades tecnológicas: eles não decidem como serão implementadas. Gente de negócios diz que está simplesmente respondendo a uma demanda de consumidores. A sociedade tornou-se um laboratório sem nenhum responsável pelos resultados do experimento³³.

A opção pela “anonimização” (para usar conceito que Beck também utiliza para se referir à “irresponsabilidade organizada”) demonstra que, às vezes, portamo-nos como as personagens saramaguianas que fazem de seus olhos uma espécie de espelhos virados para dentro. Nas palavras do médico de *Ensaio sobre a cegueira*: “penso que não cegamos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem”³⁴. Ou seja, optamos pela cegueira, pela inércia, para não enxergarmos o que os lábios silenciaram. Em vez de cidadania ativa se prefere a cidadania passiva, quiçá apatia geral.

A paralisia – ou a “cegueira política” – não deve ser entendida como mero impulso individualista-hedonista do indivíduo de abster-se da vida comum. A inação é, em grande parte, decorrente do próprio processo de globalização dos riscos, que permite a defesa ideológica de aumento da segurança pessoal diante das amplas ameaças difusas contemporâneas. Ou seja, o sentimento de medo, ao lado do encantamento com o desenvolvimento científico-tecnológico, é o grande responsável pela apatia dos in-

³³ BECK, 2010, p. 2.

³⁴ SARAMAGO, 1995, p. 310.

divíduos, e em contrapartida, pelo aproveitamento econômico ou político dessa situação por outros.

Além de permitir a “anonimização”, a fumaça do medo e da insegurança facilita as mais graves violações aos direitos humanos e fundamentais. Presenciamos como os norte-americanos permaneceram passivos e apáticos, quando o governo de George W. Bush utilizou a ameaça do terrorismo internacional para adotar medidas que limitariam as liberdades individuais dos cidadãos americanos e criar prisões onde a prática de tortura fosse comum. Em nome da segurança nacional se aceitam excessos antes impensáveis contra a liberdade individual num país que se diz seguidor e defensor incansável dela desde a sua independência.

Paralelamente à perspectiva da “cegueira política”, que espera arriscadamente a poeira baixar, tem-se constituído uma corrente de engajamento, de responsabilização pelos riscos contemporâneos. Entre os principais elos dessa corrente estão a crise ecológica, a crise econômica mundial e a crise da razão instrumental da modernidade. Acima de tudo, esta perspectiva “responsável” busca alternativas aos riscos globais, ao invés de esperar imóvel pela ira da natureza, ou dos mercados financeiros globais.

Beck³⁵ entende ser de grande importância a emergência da política alternativa, expressa por novas formas de ativismo tais como os grupos ecológicos, os de consumidores ou os de direitos humanos. A partir da ação deles, a responsabilidade do controle de risco sai da esfera política e passa também a ser controlado por grupos e movimentos da subpolítica. Nas palavras do autor,

[...] no despertar da subpolitização, há oportunidades crescentes de se ter uma voz e uma participação no arranjo da sociedade para grupos que até então não estavam envolvidos na tecnificação essencial e no processo de industrialização: os cidadãos³⁶.

Esse processo de subpolitização revela muito mais uma crise no sistema de representação política, como forma de vincular as decisões dos Estados aos cidadãos, do que uma crise da soberania estatal. Parafraseando Beck³⁷, não se trata de uma luta entre Davi e Golias, e sim de uma associação entre Davi e Golias.

³⁵ BECK, 2010.

³⁶ *Idem*, 1997, p. 35.

³⁷ BECK, 1999a, p. 129.

A subpolítica diferencia-se da política por permitir que agentes externos ao sistema político formal apareçam no cenário do planejamento social e, assim, lutem pela inserção de temas de seu interesse no âmbito político formal. Ou seja, há uma correlação de forças entre os agentes da subpolítica e os agentes políticos, que, interativamente, conformam seus interesses.

O Fórum Social Mundial, que de dois em dois anos organiza um evento internacional, reunindo mais de 130 mil militantes de movimentos sociais e que se mantém atuante em todos os continentes através de Fóruns regionais, nacionais e locais é um exemplo dos novos atores presentes no cenário mundial.

Dos dias 24 a 29 de janeiro de 2012, o Fórum Social Temático foi realizado em Porto Alegre e, entre muitos temas atuais, discutiu de modo especial a questão ecológica em preparação ao Rio+20 em junho de 2012, no Rio de Janeiro, com o tema “Crise capitalista, justiça social e ambiental”.

Outro exemplo que deve ser destacado são as recentes manifestações na Alemanha, contrárias à permanência de atividades nucleares no país. De forma extraparlamentar, os “cidadãos ecológicos” conseguiram adentrar no âmbito político (estatal) e modificar as leis vigentes no país. Não sem a colaboração de alguns parlamentares que contribuíram para a causa.

Nesse sentido, o que se observa é que o poder estatal mostra-se conivente diante de manifestações de sujeitos (sub)políticos, que, às vezes, atuam até de forma ilegal, como são algumas ações do Greenpeace. O processo de subpolitização abre espaço, portanto, para ações políticas diretas que se esquivam dos limites tradicionais impostos pelas regras e instâncias do Estado, o espaço tradicional da política.

E, para Beck, esse processo de associação entre atores governamentais e não governamentais está ocorrendo em âmbito global, o que nos permite falar na emergência de uma consciência transnacional, de uma cidadania ecológica cosmopolita, marcada pela ética da responsabilidade em direção ao desenvolvimento sustentável.

De acordo com John McCornick³⁸, é no início da década de 60 que se formam as raízes do movimento ambiental. Mesmo sem constituir

³⁸ MCCORNICK, 1995, P. 60.

um movimento homogêneo³⁹ e organizado, os ambientalistas foram capazes de criar na opinião pública o debate em torno do fato de o paradigma técnico-científico da modernidade clássica possuir efeitos nocivos sobre o meio ambiente.

Nesse período de formação do movimento ambiental, a comunidade científica possuiu papel de destaque. A bióloga Rachel Carson, em 1962, alertou para as consequências negativas dos pesticidas sobre a saúde humana e o meio ambiente; Kenneth Boulding e Garreth Hardin discutiram o limite da capacidade de regeneração dos recursos naturais, ainda em meados dos anos 60; em 1972, especialistas do MIT (Massachusetts Institute of Technology) publicaram o “Limits to Growth”, estudo que apontava um cenário catastrófico para o final do século XX, em razão do esgotamento dos recursos naturais, do aumento dos níveis de poluição e do avanço descontrolado da população mundial. Em comum entre esses especialistas estava o argumento da necessidade de alterar os padrões de desenvolvimento e de consumo da sociedade ocidental⁴⁰.

Cada vez mais influente na opinião pública, em 1972 o tema do meio ambiente torna-se global, quando é realizada, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano. A partir dessa conferência, a questão ambiental torna-se também uma questão política, na medida em que os Estados Nacionais, *loci* essencial das decisões políticas, concordam em tomar medidas para mitigar os efeitos do impacto humano sobre os recursos naturais.

Da Conferência de Estocolmo, resulta a criação de um órgão específico destinado a coordenar as políticas ambientais a nível internacional, o “United Nations Environmental Programme” (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Conforme Ulrich Beck, este é um dos momentos que marcam a passagem da modernidade clássica para a modernidade reflexiva, na medida em que a racionalidade tecnológica deixa de ser incontestável.

As décadas seguintes assistiram ao crescimento do debate em torno da necessidade de rever os padrões de crescimento econômico – vide a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e

³⁹ Ao movimento ambientalista costumam ser atribuídas várias fontes ideológicas. Constata-se, por exemplo, a influência de perspectivas neo-malthusianas, que alertam para os perigos do crescimento populacional; marxistas, que atribuem ao sistema capitalista e ao consumismo o esgotamento dos recursos naturais; e ecoéticas, que advogam em favor do ecocentrismo e do fim do antropocentrismo (a Terra como um organismo vivo, do qual o homem é apenas uma das formas de vida existentes).

⁴⁰ MCCORMICK, *op. cit.*

Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro. Embora muitas políticas ambientalistas tenham falhado no momento de sua implementação, o movimento ambiental ganhou força política no final do século XX e início do século XXI, garantindo posição no espaço público para debater a insustentabilidade dos princípios da modernidade clássica. É nesse contexto que o conceito de desenvolvimento sustentável torna-se senso comum e novas conferências mundiais sobre o meio ambiente acontecem.

Os riscos ecológicos globais produzem um clima propício ao debate sobre ética ecológica que se acentua devido à dimensão do perigo que é percebido por todos, e no qual são redistribuídos os papéis de “mocinhos” e “bandidos” da política⁴¹. Dirão os adeptos do realismo político, porém, que a política externa deve se ocupar muito mais de interesses geopolíticos do que com preocupações éticas.

Talvez por falta do debate e encaminhamento das questões éticas é que o realismo político fica na análise teórica e não chega à práxis de mudanças profundas na política. Mas, embora ainda não se consiga forçar as superpotências a adotarem certas medidas, como a assinatura do Protocolo de Kyoto e a assunção de responsabilidade pela redução de poluentes na atmosfera, nunca os governantes dos Estados estiveram tão vulneráveis, em termos morais e políticos.

Rejeitar propostas tidas como importantes para a “salvação do mundo” os deixa numa posição extremamente negativa e prejudicial diante de seus eleitores e da comunidade internacional, como aconteceu em dezembro de 2011 em Durban, na África do sul. O Canadá se retirou do bloco dos países signatários do Protocolo de Kyoto. Os representantes de cerca de 190 países aprovaram nesta conferência da ONU sobre o clima, em Durban, um mapa do caminho para um acordo global em 2015, destinado a reduzir as emissões de gás de efeito estufa. Houve muita polêmica e perigo da conferência regredir em relação aos pactos anteriores.

Advoga-se, assim, pelo surgimento de uma lógica cosmopolita capaz de reavaliar o exercício da legitimidade representativa dentro das instâncias decisórias nacionais e internacionais⁴². E essa lógica assenta-se principalmente na defesa dos direitos humanos fundamentais e do meio ambiente.

O movimento cosmopolita, contudo, ainda encontra fortes empe-

⁴¹ BECK, 1999a.

⁴² HABERMAS, 2001.

cilhos na modernidade reflexiva. Talvez a maior dessas dificuldades resida, conforme aponta Habermas⁴³, na falta de um poder executivo que possa efetivar os ditames do Tratado Internacional de Direitos sociais, econômicos, culturais, políticos, ambientais e das Convenções e Conferências das Nações Unidas. O desenvolvimento sustentável está na agenda das Nações Unidas e outras instâncias mundiais, atendendo à nova consciência ecológica que está despertando e aflorando na sociedade civil em muitos Estados Nacionais.

O autor parece estar correto, portanto, ao afirmar que “a situação mundial da atualidade pode ser entendida, na melhor das hipóteses, como transição do Direito Internacional ao Direito cosmopolita”⁴⁴.

De qualquer forma, o que se defende não é a consolidação do cosmopolitismo⁴⁵. O momento atual é de transição, de autoconfrontação dos modelos tradicionais da política. O ponto a ser destacado nessas manifestações provocadas pelos riscos globais está no fato de que espaços decisórios antes despolitizados tornaram-se politizados devido à percepção pública dos riscos. Por isso, acredita-se ser possível falar em reinvenção da política, com a emergência de uma cidadania ecológica.

Assim, em meio à cortina de fumaça produzida pelos riscos globais, “[...] vão sendo simultaneamente desenhados os contornos de uma utopia da democracia ecológica, que estaria, acredito, no cerne de uma modernidade responsável”⁴⁶.

Na modernidade reflexiva, a antiga lógica econômica de relacionamento entre homem e natureza começa a ser refeita. A ética, antes restrita ao ser humano, estende-se ao meio natural, alterando o papel do homem de conquistador da natureza para membro integrante da comunidade natural, possuidor de direitos e deveres como os outros seres vivos – como observou, talvez pela primeira vez dentre todos os cientistas, Aldo Leopold em “The Land Ethic”, escrito em 1970.

É também com base nesse pensamento que Hans Jonas afirma a necessidade de reavaliar os pressupostos da ética que vigoram desde a primeira modernidade, pois “[...] o que aqui está implicado não é só o destino

⁴³ HABERMAS, 2001.

⁴⁴ *Idem*, 2002, p. 206.

⁴⁵ Não é nosso objetivo definir cosmopolitismo com mais propriedade neste artigo. Por isso, sugerimos a leitura de Beck (1999b), que apresenta diferentes perspectivas em torno desse conceito.

⁴⁶ BECK, 1999a, p. 177.

do homem, mas também o conceito que dele possuímos, não apenas a sua sobrevivência física, mas também a integridade da sua essência [...]”⁴⁷.

Com base na afirmação do autor, percebe-se que não é só a sobrevivência da espécie humana que está em risco, e sim a própria condição humana. Na interpretação de Ozanan Carrara,

Para Jonas, o primeiro objeto de responsabilidade são os outros homens. Garantir a continuidade da existência humana é algo que se impõe por si mesmo. A responsabilidade cósmica significa justamente a responsabilidade de assegurar o dever de existir. O imperativo é o de que todos os homens vivam e vivam bem. Trata-se de um fato ôntico que dispensa qualquer justificativa. Dispensando qualquer fundamento, esse imperativo ontológico institui a “causa no mundo”, a causa original de todas as causas que podem ser objeto da responsabilidade comum à humanidade⁴⁸.

Hans Jonas parece concordar com Ulrich Beck no que diz respeito à essência dos riscos modernos. Os dois autores sugerem que não é apenas a má utilização da tecnologia que causa riscos, mas a sua própria boa utilização provoca os mais graves perigos. Ou seja, os mais intensos riscos são aqueles essencialmente imperceptíveis.

Os autores não possuem a mesma interpretação, contudo, quando discorrem sobre a conscientização desses riscos pelos homens. Enquanto Beck superestima a consciência dos atores subpolíticos, conscientes das injustiças socioeconômicas e ambientais, Hans Jonas defende que o uso do medo pode ser necessário para renovar os fundamentos da ética e revelar os valores a serem preservados, ou seja, o medo pode acordar os homens e despertar sua consciência para os riscos inerentes ao modelo societário predominante.

Essa estratégia é chamada por Jonas de heurística do medo. Trata-se de um recurso que busca proporcionar o conhecimento do perigo que permanece escondido. De acordo com o autor, ao evidenciar as consequências negativas do progresso técnico, torna-se mais fácil mobilizar os homens até então paralisados pelos efeitos benéficos da tecnologia.

Convém ressaltar que o medo sobre o qual Jonas discorre não é um medo egoísta, como do homem natural hobbesiano. Para ele, o medo é muito mais o medo do que pode acontecer com o outro do que o medo do

⁴⁷ JONAS, 2006, p. 16.

⁴⁸ CARRARA, 2011, p. 13.

que pode acontecer consigo próprio. Ou seja, é um medo capaz de despertar o sentimento ético de responsabilidade.

Uma vez que o progresso técnico-científico conferiu ao homem poder inédito de transformar (e destruir) sua própria essência, sua responsabilidade em relação ao futuro da humanidade também foi ampliada. Nas palavras de Jonas, “a responsabilidade é um correlato do poder, de maneira que a dimensão e a modalidade de poder determinam a dimensão e a modalidade da responsabilidade”⁴⁹.

A proporcionalidade entre poder e responsabilidade é evidenciada em outra passagem, na qual o autor diz que

O futuro da humanidade é o primeiro dever do comportamento coletivo humano na idade da civilização técnica, que se tornou “todo-poderosa” no que tange ao seu potencial de destruição. Esse futuro da humanidade inclui, obviamente, o futuro da natureza como sua condição *sine qua non*. Mas, mesmo independentemente desse fato, este último constitui uma responsabilidade metafísica, na medida em que o homem se tornou perigoso não só para si, mas para toda a biosfera⁵⁰.

Hans Jonas revela-se consciente, assim como Ulrich Beck, de que o progresso gera ao mesmo tempo avanços e problemas (ou riscos, como preferiria Beck). O progresso, por sua característica contraditória, gera sua própria compulsão e amplia a responsabilidade do homem para com o futuro.

A argumentação de Hans Jonas é a de que o poder humano de agir sobre a natureza escapou de seus próprios domínios, escravizando-o. Ao ser apropriada por parte do capitalismo, a ideia baconiana de usar o saber para dominar a natureza em benefício do homem ficou privada de noções de justiça e, por isso, seria preciso outra forma de poder capaz de estabelecer limites ao progresso técnico-científico.

Bacon não poderia imaginar um paradoxo desse tipo: o poder engendrado pelo saber conduziria efetivamente a algo como um “domínio” sobre a natureza (ou seja, à superutilização), mas ao mesmo tempo a uma completa subjugação a ele mesmo. O poder tornou-se autônomo, enquanto sua promessa transformou-se em ameaça e sua perspectiva de salvação, em apocalipse⁵¹.

⁴⁹ JONAS, 2006, p. 215.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 229.

⁵¹ *Ibidem*, p. 237.

O poder capaz de limitar o poder engendrado pelo saber deve surgir da própria sociedade, através da valorização de uma nova ética guiada pelo princípio da responsabilidade. Trata-se de uma ética que contém o progresso para garantir uma existência digna para gerações futuras e para o nosso planeta.

Assim, percebe-se que o foco da ética de Jonas é a humanidade. Há um vínculo originário entre vida e responsabilidade, uma vez que a preocupação central do autor é com a continuidade da existência da vida humana.

A teoria de Hans Jonas aproxima-se do pensamento de Ulrich Beck quando Jonas propõe que o melhor caminho para a construção da ética da responsabilidade se dá pela via da ação⁵². É através de políticas públicas, de ações individuais e coletivas que o poder supremo da técnica poderá ser relativizado. Por isso julga-se adequada uma aproximação entre a teoria dos dois autores. A ética da responsabilidade deve se universalizar, ocupar os espaços políticos e subpolíticos para que, de fato, torne-se eficaz e orientadora da ação humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os processos de transformação da sociedade industrial para a sociedade de risco, observou-se que as redes de relações sociais existentes dão lugar a um novo modelo de vida, e que os domínios da política tradicional são invadidos pelos atores da subpolítica. Marcada por intensas autoconfrontações, a modernidade reflexiva representa o momento em que a inovação científico-tecnológica significa ao mesmo tempo a possibilidade de diminuição de riscos e a origem de novos perigos.

De um lado, os avanços científicos e tecnológicos, por nos seduzirem, acabam deixando-nos inertes nas tomadas de decisões das políticas públicas, que nem sempre observam o bem-estar da humanidade. De outro, as novas tecnologias e os novos meios de comunicação oportunizam a participação dos cidadãos nas tomadas de decisões, democratizando o acesso aos espaços políticos.

Entende-se que um discurso contrário à ciência e à tecnologia

⁵² Citamos Hans Jonas: “Aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a terra; aja de modo a que os efeitos da tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade futura de tal vida; [...] inclua na tua escolha presente a futura integridade do homem como um dos objetos do teu querer” (JONAS, 2006, p. 47, 48).

seja incoerente e equivocado. O que se defende ao longo deste artigo é a necessidade de evitar que a ciência se transforme no mito do Frankenstein: um monstro que, construído pela mão humana, escapa dos controles humanos e ameaça destruir a Terra.

A adoção da ética da responsabilidade, nesse sentido, é imprescindível para o homem garantir uma melhor qualidade de vida na Terra e assegurar os valores supremos da civilização, os direitos humanos fundamentais. Para Krohling⁵³:

A prioridade é o cultivo da consciência moral do ser humano que deve colocar a ética da responsabilidade em todos os seus atos. Como ser racional e social ele é um ser alteral e depende dos outros. Isto pede uma conduta de precaução, prudência, de responsabilidade fática, já que o homem é o criador e ator principal das inovações da tecnologia.

À primeira vista, pode parecer paradoxal que o cosmopolitismo esteja emergindo a partir dos “males” contemporâneos: as catástrofes ecológicas, a pobreza mundial, o terrorismo internacional e a crise financeira global. Mas, observando melhor, não há nenhum paradoxo nessa constatação, visto que nossa sociedade é assumidamente uma “sociedade de riscos” e que são as incertezas que movem o mundo. Cabe a nós decidir como conviver diante delas.

Compete aos “cidadãos do mundo”, baluartes da utópica cidadania ecológica global, atuar nos espaços abertos pela globalização para confrontar e conscientizar os demais moradores da Terra de que os atuais problemas ecológicos são fruto histórico de escolhas políticas e econômicas deliberadas; são resultado da razão instrumental da modernidade clássica que sustentou não existir limites para o conhecimento e o progresso. Chegou a hora de valorizar e universalizar uma nova ética, pautada no princípio da responsabilidade, capaz de garantir a dignidade da vida do homem e da Terra, interconectados como um novo núcleo ético civilizacional.

⁵³ KROHLING, 2011, P.127.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. Tradução: André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

_____. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. Tradução: Sebastião Nascimento. São Paulo. Ed. 34, 2010.

_____. **World risk society.** Cambridge: Polity Press, 1999b.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (Org.). **Modernidade reflexiva:** trabalho e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

CARRARA, Ozanan Vicente. Ética e Metafísica em Hans Jonas. *In:* Krohling, A. **Filosofia do Direito.** Curitiba: Juruá, 2011.

CASTEL, R. **A insegurança social:** o que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

ESTADO DE SÃO PAULO. **DESASTRE MUDA VOTO NA ALEMANHA E COSTUMES NO JAPÃO.** FERNANDO GABEIRA, 28 DE MARÇO DE 2011. DISPONÍVEL EM: <http://blogs.estadao.com.br/fernando-gabeira/2011/03/28/desastre-muda-voto-na-alemanha-e-costumes-no-japao/>. Acesso em: 02 abr. 2011.

EXAME. **Ucrânia defende energia nuclear 25 anos após Chernobyl.** Exame, Kiev, 25 abril de 2011. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/ucrania-defende-energia-nuclear-25-anos-apos-chernobyl>. Acesso em: 25 abr. 2011.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação Pós-Nacional:** ensaios políticos. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

_____. **A inclusão do outro:** estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

IANNI, Otávio. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

ISTOÉ. **Nuvem vulcânica fecha aeroporto de Barcelona e cancela mais de 600 voos. 2010.** Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noti->

cias/22550_NUVEM+VULCANICA+FECHA+AEROPORTO+DE+BARCELONA+E+CANCELA+MAIS+DE+600+VOOS. Acesso em: 20 mar. 2011.

JONAS, Hans. **O Princípio Responsabilidade**. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto (Editora PUC-Rio), 2006.

JORNAL do Brasil. **Manifestações em toda a Espanha contra a energia nuclear**. 17 de março de 2011. Disponível em: <http://www.jb.com.br/terremoto-no-japao/noticias/2011/03/17/manifestacoes-em-toda-a-espanha-contra-a-energia-nuclear/>. Acesso em: 03 abr. 2011.

KROHLING, Aloísio. **A ética da alteridade e da responsabilidade**. Curitiba: Juruá, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

MARTINEZ-ALIER, Joan. Conflitos de distribuição ecológica num contexto de incerteza. In: CABRAL, Manuel Villaverde; GARCIA, José Luis; JERÓNIMO, Helena (Orgs). **Razão Tempo e Tecnologia: estudos em homenagem a Hermínio Martins**. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, p. 411-487, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto comunista**. 14 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MCCORMICK, John. **The Global Environmental Movement**. New York: John Wiley & Sons, 1995.

MYTHEN, Gabe. **Ulrich Beck: a Critical Introduction to Risk Society**. London: Pluto Press, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TESSAROLO, Enzo M. A nova cartografia mundial: as “murallas nacionais” frente ao “capital sem pátria” e aos “cidadãos do mundo”. **Revista Ponto-e-vírgula** (PUC-SP), n. 9, p. 197-213, 2011.

Recebido: 28/02/2012

Aceito: 21/02/2013